



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 661

DE 27 DE JANEIRO DE 1998.

“CRIA O CONSELHO INTERMUNICIPAL DE REFORMA AGRÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

seguinte Lei:

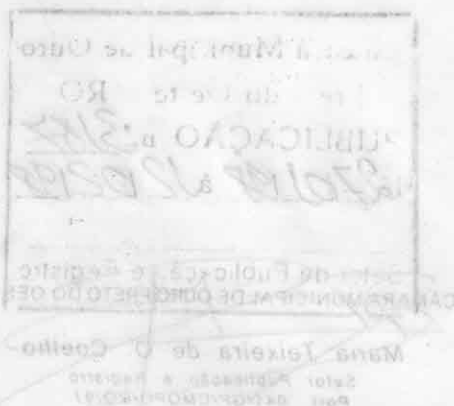
O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, convênios, ajustes e acordos, com o propósito de promover e/ou executar as ações relacionadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária, no âmbito dos municípios de Ouro Preto do Oeste, Vale do Paraíso, Nova União, Teixeirópolis, Mirante da Serra e Urupá, com as contrapartidas definidas na Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º - Fica criada o Conselho Intermunicipal de Reforma Agrária, integrada por representantes designados dos seguintes órgãos:

- a. Prefeituras Municipais;
- b. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que substituirá o Presidente, nos seus impedimentos eventuais;
- c. Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- d. Sindicato Rural;
- e. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra;
- f. Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Ouro Preto do Oeste;
- g. Ministério Público;
- h. Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RO;
- i. Secretaria Municipal de Agricultura

Parágrafo único - O representante da Prefeitura de Ouro Preto do Oeste, presidirá o Conselho. ✓

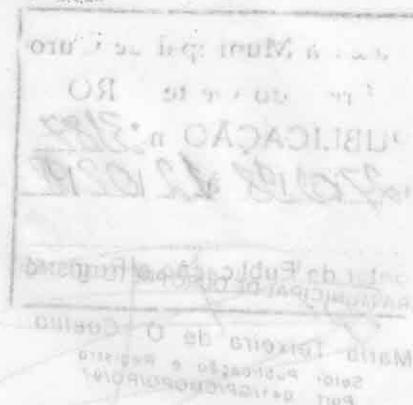




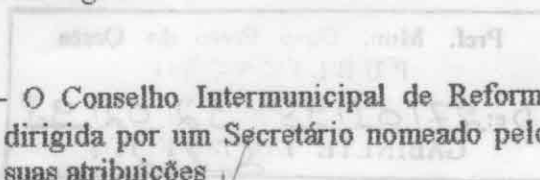
as seguintes atribuições:

Art. 3º - O Conselho Intermunicipal de Reforma Agrária terá

1. definir as diretrizes da política Municipal de Reforma Agrária e as zonas prioritárias para o desenvolvimento da agricultura familiar e para implantação de assentamento da Reforma Agrária, inclusive ratificar ou propor novas condições às diretrizes existentes;
2. propor sugestões de políticas de apoio à Reforma Agrária e à Agricultura familiar no âmbito dos órgãos estaduais;
3. aprovar a ordem de prioridade na relação de imóveis a serem vistoriados para ações de Reforma Agrária;
4. emitir parecer, sempre que julgar oportuno, sobre os processos de aquisição e desapropriação instruídos pelo INCRA, a serem encaminhados para decreto ou portaria. Estes procedimentos não vinculam os atos da Administração;
5. supervisionar as ações do PROCERA/LUMIAR, no âmbito municipal;
6. aprovar critérios complementares aos critérios de seleção de beneficiários para os projetos de assentamentos de trabalhadores rurais no Município;
7. homologar relação emitida pelo SIPRA, de beneficiário dos projetos de assentamento no Município;
8. aprovar a programação e supervisionar a aplicação dos recursos para Reforma Agrária no Município (obras, serviços, assistência técnica, créditos, vistorias, ações de cadastro, entre outras);
9. aprovar critérios complementares aos critérios de emancipação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais no Município;
10. aprovar a implantação de projetos de assentamento no Município, de acordo com as normas vigentes;
11. estimular a elaboração de planos participativos para desenvolvimento de assentamentos, em articulação com os planos municipais de desenvolvimento e,
12. promover outras medidas assemelhadas de interesse da Reforma Agrária.



Art. 4º - O Conselho Intermunicipal de Reforma Agrária será apoiado por uma Secretaria Executiva, dirigida por um Secretário nomeado pelo Prefeito, com a finalidade de assisti-lo na execução de suas atribuições.





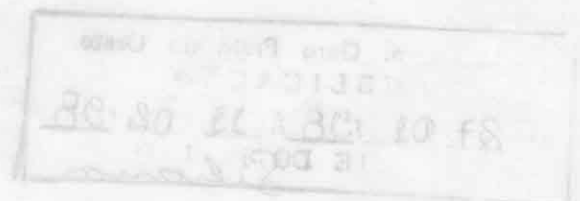
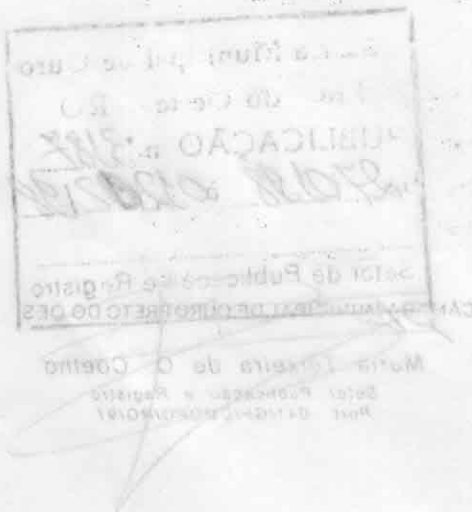
Art. 5º - A participação dos membros do Conselho Municipal de Reforma Agrária será considerada atividade relevante e não será remunerada, com exceção do Secretário Executivo, cuja remuneração será igual ao do Secretário Municipal.

Art. 6º - Fica criado o cargo de Secretário Executivo, GEC - 01, fazendo parte integrante da estrutura administrativa, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da dotação própria.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO



Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
PROTÓCOLO

28/01/98 N.º 023/98

[Assinatura]
RESPONSÁVEL



AO EXMº SR. PRESIDENTE:

Segue o presente processo montado nesta seção através dos documentos em anexo.

Em, 28 de Janeiro de 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

[Assinatura]
Dedivaldo Jesus dos Santos
Seção Protocolo
Port. 039/GP/CMOPO/RO/97

A
Divisão Legislativa e/ou Conferência e
Posterior Arquivo em $\frac{29}{01/98}$

[Assinatura]

AO Arquivo Geral;
Segue o presente processo sendo
ser Arquivado.

em, 30-01-98

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

[Assinatura]
Rubens José Vittorazi
Dir-Div Legislativa
Port 050/GP/CMOPO/9